


ADRIANA PEREIRA CAMPOS
GILVAN VENTURA DA SILVA
MARIA BEATRIZ NADER
SEBASTIÃO PIMENTEL FRANCO
SERGIO ALBERTO FELDMAN
Organizadores

OS IMPÉRIOS E SUAS MATRIZES POLÍTICAS E CULTURAIS

 FLOR & CULTURA
editores

 UNIVERSITÉ
de Marie-la-Vallée

Disciplina: HIS 105

Cópias: História

Antiga / Fabio Jolly

Meu ponto de partida é o seguinte: o Império Romano não pode ser entendido nos mesmos termos que os Estados nacionais que se formaram no século XIX, sobretudo no que diz respeito à relação entre Estado e sociedade. Nem o processo de sua formação, o chamado imperialismo romano, pode ser comparado aos imperialismos modernos, embora certos pontos de contato possam ser úteis para pensarmos o presente. Primeiro, uma distinção: império e imperialismo são termos próximos, mas se referem, na verdade, a realidades bem distintas. Imperialismo é uma ação, política ou econômica, de expansão ou dominação de um Estado sobre outros. Império é um Estado, por vezes o resultado da ação imperialista, mas que não se confunde com esta. No mundo antigo, ao contrário do mundo contemporâneo, podemos acompanhar, na longa duração, a transformação de uma ação imperialista em um grande Império. O modo e as razões pelas quais esse Império se formou, e aquilo no que veio a se constituir, podem ser, a meu ver, úteis para pensarmos certas realidades do mundo contemporâneo. Proponho que partamos do resultado, o Império Romano, para estudarmos em seguida as causas da sua formação e pensarmos, por fim, nos resultados finais do imperialismo antigo.

O Império Romano formou, durante vários séculos, uma unidade política de grande complexidade, cujo estudo pode contribuir para a compreensão das transformações políticas do mundo contemporâneo. Apesar das profundas alterações que conheceu ao longo de sua existência, nunca chegou a se constituir no que hoje entendemos por Estado nacional. O Império Romano foi um Estado bem diferente e é precisamente pelo contraponto que oferece que reside o interesse de seu estudo. Talvez a principal diferença entre o Império Romano e um Estado nacional reside no fato de que o poder não se repartia homogeneamente sobre o território do Império, dada a grande heterogeneidade de estatutos entre sua população e a ausência de uma sociedade civil claramente identificada. É raro destacar com a devida ênfase que o Império Romano foi marcado por uma profunda diversidade social, política e mesmo cultural, diversidade cujas origens estão no próprio processo de sua criação.

O Império foi o resultado de um lento processo de conquista militar e centralização política, primeiro da cidade de Roma sobre a Itália, depois da própria península sobre as demais regiões que margeiam o Mediterrâneo. Em termos de uma História comparada, poderíamos descrevê-lo como correspondendo a uma sociedade camponesa de grande complexidade organizacional, tendo produzido um amplo Estado de conquista.

Visto em seus próprios termos, o Império Romano não circunscrevia uma organização social homogênea e singular, mas agrupava "sociedades" completamente distintas. Em seu interior, encontravam-se antigos impérios orientais, como o egípcio-helenístico, que manteve características próprias até pelo menos a época tardia: escassez de cidades, população rural organizada em aldeias, sistema burocrático e tributário. Na porção mais oriental do Império, palácios e templos permaneceram como instituições sociais fundamentais. Na própria metade ocidental, o chamado "processo de romanização", muito debatido atualmente, nunca teve a profundidade e extensão que lhe atribuíam a historiografia mais antiga. Organizações sociais pré-urbanas permaneceram majoritárias em vastas regiões da Gália, da Bretanha e das províncias fronteiriças centrais. Durante séculos, povos montanhese mantiveram-se arremidos à influência romana, no próprio coração do Império. Todas essas eram, contudo, formas de organização social dominadas, formadas por populações submetidas. A força, com efeito, encontrava-se em outro lugar: nas cidades. O Império Romano representou uma vitória das cidades mediterrâneas sobre essas sociedades. E o imperialismo romano foi antes o resultado das deficiências estruturais dessas cidades do que o efeito de uma supremacia singular do povo conquistador. O núcleo originário e, desde sempre, o mais dinâmico do Império era constituído pelas cidades, sobretudo aquelas colocadas às margens do Mediterrâneo. O Império Romano era um Império de cidades e, ao mesmo tempo, o Império de uma cidade.

A criação do Império Romano foi o resultado da expansão de uma aliança de cidades da Itália, capitaneada pela mais forte, sobre um mundo urbano enfraquecido por seus conflitos internos e externos. A expansão imperialista teve, portanto, razões estruturais derivadas dos conflitos internos das cidades e do fato de que as maiores podiam resolver seus próprios conflitos expandindo-se sobre as menores. Mas, se seu fundamento foi político e militar, a expansão produziu efeitos drásticos sobre o próprio centro conquistador. Primeiramente econômicos: a Itália, e não apenas Roma, passou a concentrar recursos de uma vasta periferia dominada, o que alterou a relação de classes no centro expansionista e levou ao surgimento de uma elite escravista, rica em terras e escravos, que produzia produtos agrícolas e artesanais vendidos em todo o Mediterrâneo. Mas os efeitos políticos foram igualmente notáveis. O centro expansionista tornou-se, progressivamente, uma cidade "virtual", não mais Roma, mas o conjunto das cidades da Itália, das colônias romanas e de todos os locais onde houvesse cidadãos romanos.

2

As próprias estruturas políticas do centro revelaram-se obsoletas e incapazes de gerir e distribuir os recursos do Império entre a população cidadã. O resultado foi, aparentemente, contraditório: prosperidade econômica na Itália e crise política profunda, cujo resultado foi a queda da República e a instauração de uma monarquia militar que se impôs, não apenas sobre as regiões conquistadas, mas sobre o próprio centro conquistador. O preço da conquista foi a perda da liberdade política para os cidadãos de Roma e o aumento da concentração e diferenciação de riquezas entre os próprios cidadãos

O processo de expansão não foi, portanto, uniforme: nem o Império de uma cidade sobre um vasto território, nem um Império de cidades homogêneas, mas um Estado articulado por uma relação entre um centro acumulador e uma periferia explorada. Essa relação, no entanto, não foi duradoura. Pouco a pouco, o Império Romano foi se transformando, de um Império de conquista, mantido pela força de um exército expansionista, num amplo Estado territorial, no qual imperava a paz. Era um Estado, como disse, marcado por profunda heterogeneidade. Como se sabe, a unidade lingüística conferida pelo uso oficial e literário do latim e do grego era apenas aparente e superficial. Latim e grego eram, com efeito, línguas francas usadas pelas elites e pela administração. Mas as populações locais continuavam se expressando em seus idiomas de origem: o celta na Gália, o púnico no norte da África, o copta no Egito, o aramaico no Oriente Próximo, etc. Tampouco havia, de início, uniformidade étnica ou cultural. O Império estendia-se por dezenas de povos e comunidades que preservavam suas tradições culturais, alimentares, familiares, suas roupas e suas moradias, seus modos de enterrar os mortos, suas crenças religiosas, em suma, suas culturas particulares.

A estrutura social também não era homogênea. O que a historiografia denomina, muitas vezes, de sociedade romana é apenas uma abstração, ou a generalização, para o conjunto do Império, de uma realidade que era válida, talvez, para Roma. E isso não apenas pela própria diversidade entre sistemas sociais, como vimos, mas dentro do próprio mundo das cidades. As clivagens sociais separavam cidadãos e não cidadãos (até o século III d.C.), livres e não livres, ricos e pobres, letrados e iletrados, proprietários de terra e trabalhadores manuais, riqueza móvel e riqueza imóvel. Não havia, de início, nem uniformidade de direitos nem uma única legislação para todo o Império. Prevalcia assim, ao contrário do Estado moderno, uma multiplicidade de direitos, de situações jurídicas, de estatutos e posições sociais.

13

O Império não se mantinha apenas pela força militar, que se concentrava nas fronteiras e tinha pouca presença em seu interior. Uma das chaves da manutenção do poder imperial foi a grande autonomia concedida às cidades para seu governo local, que continha as massas no interior do universo fragmentado das cidades e impedia a formação de núcleos étnicos ou políticos consistentes que pudessem se opor ao Estado romano como um todo. Outro elemento foi a criação progressiva de uma unidade cultural ligada a uma ideologia imperial. Essa imensa diversidade permanecerá como um dos elementos fundamentais do Império por toda a sua existência, a despeito de uma clara, embora lenta e incompleta, tendência à uniformização, visível, sobretudo, a partir do século IV d.C. Conter e controlar essa diversidade foi um dos objetivos centrais do governo imperial romano ao longo de sua existência. Como não submergir na diversidade e, pelo contrário, assumir para o Império uma identidade própria? As respostas a essa questão variaram de imperador a imperador e ao longo do tempo, mas algumas tendências gerais podem ser apontadas: 1) o estabelecimento de um culto religioso ao imperador em todas as províncias, atuando como pólo aglutinador da aliança dos habitantes do Império com o governante; 2) a extensão progressiva da cidadania romana, e com ela do direito romano, primeiramente às elites provinciais, depois a cidades e províncias inteiras e, finalmente, a todos os habitantes do Império; 3) tolerância com relação à diversidade étnica e aos costumes locais; 4) promoção de um sincretismo religioso através da releitura e inserção das crenças locais num panteão pluriétnico, permanentemente aberto à incorporação de novas divindades; 5) por fim, e o que mais de perto nos interessa, a criação de duas áreas lingüístico-culturais específicas, dotadas de prestígio social e de eficácia político-administrativa: a área de predomínio do latim, correspondendo à metade ocidental do Império, e a área de predomínio do grego, em todo o Mediterrâneo oriental.

Sobrepondo-se ao verdadeiro mosaico étnico do Império, a criação dessas duas grandes áreas culturais foi, dessa forma, um instrumento para construir e gerenciar uma identidade imperial que legitimasse a posição do imperador e a supremacia das elites nas cidades do Império. Tal criação dependeu, essencialmente, de três fatores: da situação de cada região e etnia no momento da conquista; da ação, mais ou menos direta, do centro do poder e, por fim, do apoio, explícito ou implícito, das elites provinciais. Sob esse ângulo, a criação das duas áreas de cultura "legítimas" obedeceu a princípios e seguiu cadências muito distintas.

No Ocidente romano, a difusão do latim foi parte de um processo mais amplo de criação de uma identidade romana calcada numa história comum (a história da cidade de Roma) e na adoção de determinados hábitos e costumes considerados tipicamente “romanos”: nas vestimentas, na construção de *fora* e de anfiteatros, na fundação de cidades e na uniformização dos estatutos municipais, na freqüência a escolas nas quais se ensinavam os fundamentos da cultura literária latina para as elites locais. A adoção desse “pacote”¹ - intititário era um dos requisitos para a obtenção da cidadania romana.

No Oriente romano, o processo de criação de uma cultura legítima foi mais complexo. No Mediterrâneo oriental, com efeito, o Império se estendera sobre uma região onde a vida urbana era já muito antiga e onde a cultura literária grega ocupava, já desde séculos, o lugar e a função de cultura legítima, de cultura de prestígio, de cultura de elite. Isso não significa, no entanto, que o Oriente romano fosse plenamente “helenizado”, como muitas vezes se supõe. Pelo contrário, a cultura grega atuava como uma espécie de sistema cultural de intercâmbio, como uma cultura franca que permitia o contato entre povos e pessoas com substratos culturais próprios e distintos, aos quais se sobrepunha sem anulá-los. Foi precisamente esse caráter elitista da cultura grega que a tornou eficiente e instrumental para o processo de manutenção da ordem imperial. Por isso, foi conscientemente apoiado e incentivado pelos imperadores, sobretudo a partir do século II d.C.

O Império foi, acima de tudo, uma aliança de oligarquias com diferentes âmbitos de poder. Os grandes proprietários de terra da Itália formaram, de início, a elite do Império, dominando a composição do único corpo político que permaneceu organizado, o Senado. Com a progressiva perda de centralidade política e econômica da Itália, foram sendo obrigados a dividir seu poder com ricos proprietários de terras oriundos das províncias. Das ocidentais, de início, depois também das orientais. Essas elites urbanas representaram a camada de maior poder ao longo de toda a história do Império, articulada numa rede de alianças pessoais mais ou menos informal. Foram elas o grande fator na construção e manutenção de uma unidade cultural e política no Império: eram cidadãos romanos, compartilhavam muitos costumes que ajudaram a difundir, eram participantes de uma tradição erudita que ajudaram a manter e propagar. Suas propriedades espalhavam-se por várias províncias e suas redes de alianças atingiam as elites de expressão local, reforçando a malha de seu poder.

A massa da população, por sua vez, se perdeu seus direitos políticos, não deixou de representar um fator de perigo e uma instância de poder. A população pobre de Roma e, em menor medida, da Itália, possuía um forte poder de pressão, manifestado em inúmeras oportunidades, e obteve benefícios importantes do poder imperial. Essa pressão por benefícios foi um traço constante das grandes metrópoles do Império, como Alexandria, Antioquia ou Constantinopla pelos séculos a seguir. De modo geral, os cidadãos das cidades do Império tornaram-se uma massa clientelística, submetida ao poder das elites municipais, mas mantida sob controle através do investimento que essas elites faziam nas próprias cidades: garantindo o abastecimento de grãos, construindo obras de caráter público, como termas, templos e anfiteatros e organizando espetáculos e jogos para as massas. Legitimavam, assim, não apenas seu poder local, mas a existência do próprio Império. No entanto, se essas redes de clientela agregavam a população urbana, a massa camponesa e, sobretudo, os escravos foram os grandes perdedores com a constituição de um Império eminentemente conservador. Sua capacidade de atuação política e de expressar suas demandas específicas viram-se reduzidas a quase nada.

A subsistência do Império está ligada, diretamente, à perda progressiva de seu caráter explorador e centrípeto. Podemos observar, ao longo da história do Império Romano, uma clara tendência à sua uniformização política e cultural, num grau que os impérios modernos jamais conheceram. O poder se centralizou progressivamente nas mãos do imperador e de sua corte, mas deixou de ter um centro geográfico que sugasse as riquezas da periferia. Roma perdeu, pouco a pouco, sua posição de centro acumulador. Embora limitada, observou-se também uma integração econômica no interior do Império, em parte promovida pelo próprio Estado, através de compras administradas para a manutenção do exército e para a distribuição de alimentos subsidiados para a plebe das grandes metrópoles. Em parte, igualmente, como o resultado da ação de particulares na difusão de produtos, técnicas e saberes. No nível das elites, sobretudo, houve uma progressiva unificação, tanto política como cultural, produzindo uma cultura erudita, tanto em grego como em latim. Já no nível das massas a integração era mais difícil, fosse pelos particularismos locais, pelas redes de clientelismo às quais estavam presas, fosse pelas dificuldades de comunicação na vasta extensão do Império, fosse, enfim, pela impossibilidade de traçar ou definir objetivos comuns. A integração das massas, dessa forma, deu-se em torno de credos religiosos, dos quais o principal foi o cristianismo, que viria a

tornar-se a religião oficial do Império. Desta forma, a aliança de elites representou um pacto conservador que manteve o Império unido por séculos, até que a vasta rede de comunicação e compartilhamento de valores criada pelo cristianismo se impusesse ao Império, no século IV d.C. e se tornasse, também ela, uma comunidade, ou antes comunidades políticas, em direto confronto entre si, entre ortodoxos e hereges. É interessante como uma comunidade e uma identidade religiosa e fundamentalista tenham sido a única maneira encontrada pela vasta população do Império para contrapor-se, seja à centralização do poder, seja à fragmentação das cidades-Estado.

Em suma: o Império Romano parece-nos hoje muito mais diversificado e heterogêneo do que nos parecia há vinte anos atrás. Representa um curioso processo de centralização política por meios militares, seguida por uma progressiva unificação econômica e cultural que, contudo, jamais se realizou plenamente. Permaneceu sempre um poder que se impôs sobre um vasto território, sem integrar-se plenamente a ele, pois apoiava-se em alianças particulares, com o exército, a burocracia e, sobretudo as elites formadas pelos grandes proprietários de terra. Sem nunca formar uma sociedade civil onde seus conflitos internos pudessem expressar-se e buscar vias de solução política, e sem capacidade econômica e militar para integrar os povos além fronteira, que batiam às portas do Império, invejando sua prosperidade. O Império ruiu quando as alianças sobre as quais se sustentava deixaram de ser eficazes. As grandes narrativas que até recentemente explicavam esse Império para nós não dão conta dessa diversidade e estão se tornando anacrônicas frente às necessidades interpretativas do presente. Precisamos com urgência de um novo passado.

O Império Romano nos permite, com efeito, pensar nossos próprios desafios contemporâneos. Não foi por acaso que momentos de crise, como as primeiras décadas do século XX, tenham privilegiado o estudo da chamada “queda do Império Romano do Ocidente”, tomado então como emblema paradigmático da civilização ocidental; ou que, em momentos de crescimento econômico, tenha representado o estágio subdesenvolvido da Europa, tanto em termos econômicos, pela relativa estagnação tecnológica, quanto sociais, pela ausência de uma sociedade civil organizada e pela predominância de relações pessoais de poder e estatuto social. Assim como, nos anos de 1950 e 1960, a Atenas democrática e a Roma republicana foram convocadas para estimular projetos políticos de esquerda, ou alimentaram a discussão sobre o papel do Estado na sociedade nos anos de 1980 e 1990. Se pensarmos que o futuro dos Estados

nacionais é uma das grandes questões do mundo contemporâneo, a história das cidades-Estado e de sua imersão num Império global é de evidente relevância para nós, no início do século XXI. A questão que nos interessa não é apenas a da crise do Império, mas, sobretudo, a do processo de sua consolidação e de sua transformação ao longo do tempo.

De certo modo, o Império Romano foi o ponto culminante de uma longa história e representou um fenômeno de integração, senão análogo, ao menos paralelo ao que vivemos com a chamada globalização, pois se sobrepôs às cidades-Estado, tribos e Impérios da mesma maneira que as forças do capital financeiro hoje se sobrepõem aos Estados nacionais. As diferenças são muitas: a unificação hoje se dá por mecanismos econômicos e não políticos, embora a força militar dos Estados nacionais mais importantes, como os EUA, seja um fator de grande importância na manutenção do atual sistema internacional. Por outro lado, os desequilíbrios gerados pela ordem financeira atual lembram a relação de dominação e exploração provocada pelo imperialismo antigo na época de sua expansão. Como se consolidará, nas próximas décadas, esse processo de integração movido pelo capital e pela inovação diferencial de tecnologia? Qual será o ponto de estabilidade? O Império Romano nos faz pensar, e temer, na possibilidade de uma grande integração mundial, que seja econômica e cultural, mas que preserve e cristalice as relações entre centro e periferia e, pior que isso, nos retire o espaço de decisão política que os Estados nacionais ainda representam, ou seja, a capacidade das populações dos Estados contemporâneos (ao menos dos periféricos) de traçar projetos nacionais próprios ou de projetar seus próprios destinos. Por fim, as populações da periferia, especialmente dos países mais excluídos, já batem às portas das nações mais ricas, criando um fluxo migratório difícil de impedir. A livre circulação do capital não foi acompanhada por uma igualmente livre circulação do trabalho e as tensões daí decorrentes fazem lembrar a pressão bárbara sobre o Império Romano e suas conseqüências desastrosas. Nenhuma dessas opções parece conduzir a um mundo estável e capaz de se reproduzir: nem a integração subordinada da periferia, com a perda de sua autonomia política interna, nem tampouco a exclusão absoluta da periferia, com o fechamento das fronteiras. Vivemos sob a necessidade urgente da criação de mecanismos políticos internacionais que tornem mais harmônicas e integradas as relações entre centro e periferia e permitam um desenvolvimento mundial realmente sustentável, mesmo que não de todo livre de tensões.

Desse modo, a história de expansão e integração representada pelo Império Romano ainda é capaz de propor questões muito pertinentes ao presente, que se vê diante de problemas análogos, mesmo que de modo totalmente próprio e diverso. O diálogo entre essas duas experiências históricas pode ser rico e revelador. É por isso que sua História, apesar de antiga, apesar de referir-se a um mundo muito distante do nosso, ainda pode ser útil para pensarmos nosso presente.

CONCEPÇÕES DE PODER NA BÍBLIA HEBRAICA: CONTRADIÇÕES E PROJEÇÕES

Sergio Alberto Feldman

Todo poder vem de Deus

A assertiva de que “todo poder vem de Deus” pode servir ora para fortalecer a legitimidade do poder dos governantes laicos ora para que os supostos representantes de Deus possam exercer controle sobre o poder temporal. Esta concepção teológica se amalgama com as concepções políticas que, indissolúveis, permeiam as relações entre o poder eclesiástico e o poder político desde o surgimento das primeiras cidades-Estado, ou dos Estados e impérios regidos por governantes considerados ora como reis-deuses ou semideuses ora como divinamente indicados para reger tanto no Egito quanto na Mesopotâmia, Índia ou China. O judaísmo e o cristianismo agregaram conceitos e simbolismos próprios e acabaram por gerar um complexo imbricamento entre o poder político e o poder espiritual. No mundo medieval, os conflitos entre a Igreja Católica e os poderes laicos, seja no seio do Império Romano Germânico, seja entre as monarquias francesa, inglesa ou ibéricas em confronto com o papado, terão como ponto de referência, tal como se costuma afirmar, a concepção paulina de poder: todo poder vem de Deus (Rm, 13, 1-7).